



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO**  
**COADFABS**

Aos 24 de outubro de 2008, às 11 horas na Sala do Secretário da Administração, reuniram-se os Conselheiros, que abaixo assinam, para tratar do Processo de Aposentadoria do Servidor **GELSO ORLANDO CLIMACO GALARÇA**. Em ofício encaminhado à Câmara de Vereadores em 22 de outubro de 2008, foi solicitado algumas informações para complementar o processo. Em 23 de outubro de 2008, houve retorno através do ofício nº 273/08/SG/CMV, informando: *que no entendimento daquela casa o processo está baseado em princípio legal, ainda registrando que se houve algum equívoco técnico, referente às contribuições, a Casa está determinada a fazer as devidas correções e que para tanto o COADFABS deverá apontar as imperfeições encontradas, se for o caso, que há nos autos certidão dando conta da incorporação da função gratificada de assessor jurídico registrando que a aposentadoria se deu por invalidez permanente, e não por qualquer outro motivo, referente a tempo de serviço anterior àquele realizado junto ao Poder Legislativo, nada consta conforme comprovam os documentos acostados nos autos do processo de aposentadoria. O COADFABS, nos termos do artigo 9º, IV, da Lei 1.258/1990, tem a obrigação de fiscalizar as contribuições, verificando inclusive a base de cálculo, por este motivo foram solicitadas as informações oficiadas a Câmara de Vereadores. Salienta que de acordo com o artigo 40, §1º, inciso I, § 3º e § 17 da Constituição Federal e artigo 1º da Lei nº 10.887/2004, sendo os requisitos da aposentadoria implementados após 20/02/2004, o cálculo dos proventos integrais do servidor aposentado por invalidez, terá como base as contribuições aos regimes de previdência, ou seja, de acordo com a média das contribuições.* Isto posto, e sendo o ato de aposentadoria de servidor do Poder legislativo Municipal, assinado e de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, os membros do COADFABS, aguardarão o posicionamento do egrégio Tribunal de Contas do Estado a quem cabe efetuar o registro do ato de inativação. E, como houve a disposição da Câmara em sanar algum equívoco, o Conselho informa que a Câmara para sanar a situação da falta de contribuição deverá efetuar o levantamento dos períodos e dos componentes salariais que integram a remuneração, em que não ocorreu a contribuição e fazer o repasse para o FABS. Salientamos que deverá ser seguido o que consta na Lei nº 1.258/1990, especialmente nos artigos terceiro, quarto e quinto. Junto ao empenho deverá ser anexado o demonstrativo da base de cálculo e valor de contribuição do servidor e do ente, atendidas as alíquotas vigentes nos termos das Leis Municipais 2.912/ 2005 e 2.940/2006. Nada mais havendo a constar encerra-se a presente ata, que vai devidamente assinada.

  
Bruno Hesse

Presidente COADFABS

  
Sandra Maria Back Ferreira

Secretária COADFABS

  
Hélio Costa de Oliveira

Conselheiro

Gilberto Bomm

Conselheiro

  
Glmira T. Carneiro

Conselheira